

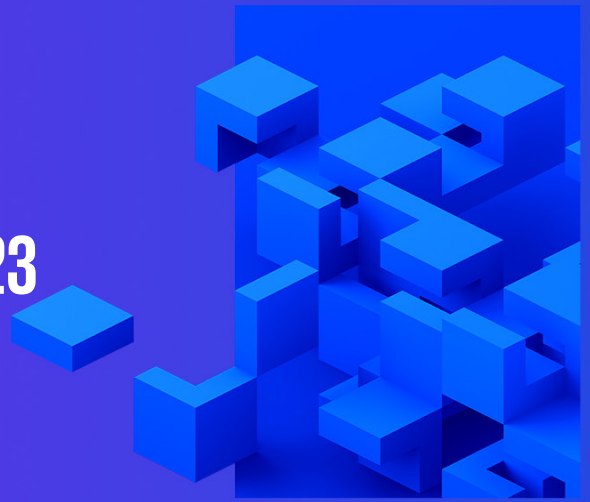
Comitê de Auditoria: prioridades para a agenda de 2023



ACI Institute Brasil
Ouvir, Aprender, Compartilhar, Liderar

KPMG Board Leadership Center

Exploring issues. Delivering insights. Advancing governance.



O ambiente de negócios mudou dramaticamente no último ano. Fatores como uma maior instabilidade geopolítica, inflação crescente e a perspectiva de uma recessão global devem ser adicionados à matriz de riscos corporativos e devem trazer maior atenção e debates em 2023.

Os comitês de auditoria (COAUD) devem estar cientes de que as demonstrações financeiras e outras divulgações ao mercado, o *compliance*, os riscos e os controles internos precisarão ser reavaliados e, talvez, até testados para assegurar que conseguirão abranger uma série de desafios nos próximos anos. De volatilidade econômica global e guerra na Ucrânia, mudanças disruptivas nas cadeias de suprimentos e nos canais de venda, riscos de segurança cibernética e ataques de *ransomware* a questões sociais e de capital humano, incluindo a escassez de talentos.

Nesse ambiente operacional volátil e incerto, as demandas dos órgãos reguladores, investidores e outros *stakeholders* por ações concretas, maior transparência e divulgações mais completas — sobretudo a respeito dos riscos climáticos e outros riscos ambientais, sociais e de governança (ESG) — continuarão se intensificando. A crescente complexidade e interconectividade dos riscos emergentes e seus efeitos perversivos tornam ainda mais necessário o foco em processos holísticos de gerenciamento de riscos e o monitoramento de sua efetividade.

Nesse contexto e com base em nossas discussões, entrevistas, mesas de debate e pesquisas com membros de comitês de auditoria, conselhos de administração e demais líderes corporativos, a rede global do ACI Institute e do Board Leadership Center da KPMG destacou sete temas significativos a serem considerados à medida que o COAUD elabora e executa sua agenda para 2023:

- **Prioridade número um: manter o foco nas demonstrações financeiras e no respectivo ambiente de controles internos.**
- **Estabelecer o papel do comitê de auditoria no monitoramento do gerenciamento dos riscos climáticos e relacionados ao ESG — com foco no escopo e na qualidade dos relatórios e das divulgações sobre ESG e sustentabilidade.**

- **Reforçar a qualidade da auditoria das demonstrações financeiras e alinhar expectativas em relação à comunicação com o auditor independente.**
- **Assegurar que a auditoria interna esteja focada nos riscos corporativos mais significativos — além do seu trabalho tradicional e *compliance* — e seja um recurso valioso para o comitê de auditoria.**
- **Atuar no aprimoramento do foco da empresa em ética, *compliance*, e cultura corporativa.**
- **Manter-se informado sobre as transformações e os riscos associados ao cenário tributário global e local e considerar que as questões tributárias passam a ser elementos integrantes do ESG.**
- **Avaliar atentamente a composição e os conjuntos de habilidades do comitê de auditoria.**



Prioridade número um: manter o foco nas demonstrações financeiras e no respectivo ambiente de controles internos.

O foco nas demonstrações financeiras e nas demais divulgações financeiras e contábeis, impactadas pelo atual cenário geopolítico, macroeconômico e de riscos, será prioridade máxima para os comitês de auditoria em 2023. Algumas áreas de atenção devem incluir:

Notas explicativas e Projeções:

As incertezas impostas pelo atual cenário geopolítico, macroeconômico e de riscos, somadas a um maior escrutínio dos acionistas, reguladores e demais *stakeholders* sobre as projeções e estimativas dos respectivos efeitos para os negócios – diretos ou indiretos – exigem maior cuidado com as divulgações apresentadas ao mercado. Essa deve ser uma prioridade para o monitoramento pelo COAUD. Entre os assuntos que exigem plena atenção do comitê de auditoria, estão:

- Divulgações sobre o impacto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e das sanções comerciais; interrupções nas cadeias de suprimentos e nos canais de vendas; aumento dos riscos cibernéticos; inflação e taxas de juros; volatilidade do mercado; risco de uma recessão global e inadimplência;
- Processo de elaboração e premissas utilizadas para as estimativas e projeções de fluxos de caixa;
- Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e outros ativos intangíveis;
- Contabilização dos ativos financeiros (*fair value*);
- Continuidade dos negócios (*going-concern*);
- Divulgações financeiras e não-financeiras – exemplos: LAJIDA, relatório de sustentabilidade, reuniões com o mercado (“*Company Day*”).

À medida que as empresas precisam tomar decisões difíceis com mais frequência, reguladores estão enfatizando a importância de julgamentos bem fundamentados e da transparência nas divulgações corporativas, incluindo qualidade e atualização das documentações de suporte e a efetividade do processo decisório. Dada a natureza instável do ambiente de negócios a longo prazo, a divulgação de mudanças nos julgamentos, estimativas e controles pode ser exigida com mais frequência.

Ao realizar suas atividades, o COAUD deve considerar os aspectos críticos sob o foco dos reguladores e as recomendações sobre o que deve ser divulgado e como fazê-lo. Considere realizar discussões mais amplas com a gestão para alinhar as informações a serem apresentadas pela empresa e as expectativas de divulgação do mercado. Ao mesmo tempo, deve-se assegurar a qualidade de processos, pessoas e controles internos que geram essas informações.

Controles internos relacionados às demonstrações financeiras: informações apresentadas no formulário de referência

Na 17ª edição do estudo “[A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais](#)”¹, elaborada pelo ACI Institute e o Board Leadership Center da KPMG no Brasil, 35% das empresas abertas analisadas informaram a existência de deficiências significativas nos controles internos reportadas pelos auditores independentes nos relatórios circunstanciados. Quando as deficiências de controle são identificadas, é importante discutir com a gestão não apenas a deficiência em si, mas também as causas e a gravidade da ocorrência, os planos de ação para a remediação e os prazos.

O comitê de auditoria deve avaliar e discutir regularmente com a gestão e com a auditoria interna, a área de gerenciamento de riscos, *compliance* e, até mesmo, com o auditor independente a qualidade do atual ambiente

dos controles internos e do processo de divulgação das demonstrações financeiras e outras informações ao mercado.

Os membros do comitê continuam a expressar preocupação de que a supervisão dos principais riscos críticos ao negócio — além das responsabilidades principais relacionadas às demonstrações financeiras, ao ambiente de controles internos, à relação com a auditoria interna e os auditores independentes — tem sido uma tarefa cada vez mais difícil. As demandas por divulgações mais amplas e completas sobre os riscos do ESG e segurança cibernética, por exemplo, aumentam as preocupações a respeito do alcance e do excesso de atividades sob responsabilidade do comitê de auditoria.

Reavalie se o COAUD possui tempo suficiente e se os membros têm os conhecimentos adequados para supervisionar esses riscos emergentes. A cibersegurança, os riscos climáticos e as questões do ESG — incluindo preocupações mais latentes sobre o capital humano — exigem mais atenção de todo o conselho de administração ou o foco de um comitê específico? Os prós e contras da criação de um novo comitê devem ser ponderados cuidadosamente. A instalação de um comitê de finanças, tecnologia, risco ou sustentabilidade, por exemplo, auxiliaria o conselho de administração na supervisão das ameaças emergentes ou o comitê de auditoria seria o mais indicado?



Estabelecer o papel do comitê de auditoria no monitoramento do gerenciamento dos riscos climáticos e relacionados ao ESG — com foco no escopo e na qualidade dos relatórios e das divulgações sobre ESG e sustentabilidade.

A intensificação das pressões por divulgações ESG mais transparentes, consistentes e de mais qualidade deve levar os conselhos a reavaliar como a supervisão dos riscos e das divulgações ESG são realizadas. À medida que investidores, órgãos reguladores, empresas de *rating* e demais *stakeholders* buscam por informações úteis, precisas e comparáveis, estabelecer o papel e as responsabilidades do comitê de auditoria deve ser uma prioridade.

O comitê de auditoria deve estar preparado e contar com as habilidades e competências adequadas para monitorar a qualidade das divulgações ao mercado (relatórios de sustentabilidade, relatório integrado e demais informações ESG), bem como o cumprimento às regras de divulgação que vem sendo estabelecidas pelos órgãos reguladores, sobretudo as recentes Resoluções da CVM sobre o tema.

Os conselhos estão adotando diferentes abordagens para supervisionar os riscos cibernéticos, climáticos e outros riscos relacionados ao ESG². Para muitos, essa supervisão é uma responsabilidade direta do conselho de administração, cabendo aos comitês uma análise mais profunda e levando as suas conclusões para o conselho.

¹A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais – 17ª edição, ACI Institute e Board Leadership Center da KPMG no Brasil, 2022. Disponível em: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2022/12/governanca-empresas-abertas-brasileiras-esta-fortalecida.html>

²Conselho de Administração: prioridades para a agenda de 2023, ACI Institute e Board Leadership Center da KPMG no Brasil, 2023. Disponível em: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2023/01/kpmg-prioridades-conselhos-administracao-2023.html>

Diferentes comitês podem compartilhar a responsabilidade de supervisão de alguns desses temas. Por exemplo, as questões sobre remuneração dos administradores e as estratégias de capital humano podem ser atribuições do comitê de remuneração, comitê de nomeação e governança ou mesmo um comitê de sustentabilidade, entendidas como tópicos da agenda ESG. Com relação ao ESG, o comitê de auditoria teria a responsabilidade de supervisionar as divulgações e os *frameworks* adotados, os riscos financeiros, de *compliance* legal e regulatório e como essa agenda é integrada no gerenciamento de riscos corporativos (ERM) como um todo.

É essencial que os comitês do conselho de administração assumam um papel crucial para auxiliar no cumprimento das responsabilidades de supervisão das questões do ESG e que o compartilhamento de informações, comunicação e coordenação entre os comitês e o conselho ocorra de forma efetiva. Considerando as implicações nas demonstrações financeiras e nos controles internos dos riscos relacionados ao ESG, esse tema deve receber atenção especial do COAUD. Os comitês de auditoria devem obter os *inputs* de outros comitês, que, paralelamente, devem atender às necessidades do comitê de auditoria, compartilhando informações como:

- Considerar onde as informações sobre ESG são divulgadas — por exemplo, relatórios de sustentabilidade, formulário de referência, eventos com o mercado (*Company day*) e site da empresa;
- Ajudar a assegurar que as informações divulgadas, voluntariamente ou não, estão sujeitas ao mesmo nível de rigor e controles que as demonstrações financeiras e demais informações divulgadas oficialmente ao mercado;
- Selecionar uma diretriz para a elaboração e a divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou ESG que seja mais adequada para a empresa. Segundo a 17ª edição do estudo “[A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais](#)”, o *framework* da *Global Reporting Initiative* é o mais adotado (91%).



Reforçar a qualidade da auditoria das demonstrações financeiras e alinhar expectativas em relação à comunicação com o auditor independente.

A qualidade da auditoria externa é aprimorada por um comitê de auditoria que defina claramente as expectativas e monitore o desenvolvimento dos trabalhos da auditoria independente ao longo de sua realização, tanto com uma comunicação frequente, quanto com a realização de avaliações de desempenho robustas durante e ao final do trabalho.

Ao estabelecer as expectativas para 2023, os comitês de auditoria devem discutir com o auditor como a preparação das demonstrações financeiras, notas explicativas e riscos relacionados aos controles internos mudaram à luz do cenário geopolítico, macroeconômico e de risco. Como a guerra na Ucrânia, as disrupções na cadeia de suprimentos

e nos canais de venda, a segurança cibernética, a inflação e as taxas de juros, a volatilidade do mercado, as mudanças climáticas e outras questões do ESG, as transformações nos negócios e o risco de uma recessão global impactam os processos atuais?

Estabeleça expectativas claras para comunicações frequentes, abertas e francas entre o auditor e o comitê de auditoria para além do que é obrigatório. A lista de itens obrigatórios que devem ser comunicados é extensa e inclui a independência do auditor, a qualificação da equipe de trabalho, as questões relacionadas ao planejamento e aos resultados da auditoria, a investigação de potenciais atos ilegais, entre outros. Uma conversa com os auditores para além desses tópicos pode aprimorar a supervisão do comitê de auditoria, sobretudo no que diz respeito à cultura corporativa, à postura dos administradores e à qualidade da área contábil.

O comitê de auditoria também deve questionar a auditoria independente sobre o sistema de controle de qualidade implementado e o propósito para endereçar uma auditoria de qualidade, sustentável e com melhoria contínua. É importante entender quais novas tecnologias estão sendo implementadas como parte dos trabalhos de auditoria, os resultados das inspeções dos órgãos reguladores e dos seus pares (*peer review*) e como eventuais deficiências identificadas foram endereçadas. Lembre-se que a qualidade da auditoria independente é um esforço coletivo e exige comprometimento e engajamento de todos os envolvidos no processo: auditor independente, COAUD, auditoria interna e gestão.



Assegurar que a auditoria interna esteja focada nos riscos corporativos mais significativos — além do seu trabalho tradicional e *compliance* — e seja um recurso valioso para o comitê de auditoria.

Em um momento em que os comitês de auditoria estão sendo desafiados por agendas sobrecarregadas — e questões como ESG, disrupções nas cadeias de suprimentos, governança de dados e segurança cibernética e *compliance* colocam o gerenciamento de riscos à prova — a auditoria interna se torna um recurso valioso para o comitê de auditoria e uma voz crucial sobre assuntos de risco e controles internos. Isso significa focar não somente nos riscos financeiros e de *compliance* ou no trabalho tradicional de auditoria interna, mas também nos riscos operacionais e tecnológicos mais críticos e os controles internos relacionados, assim como os riscos ESG.

Os riscos ESG aos quais as empresas estão expostas evoluem rapidamente e incluem também a gestão do capital humano — desde questões de diversidade, equidade e inclusão (DE&I) até gestão de talentos, liderança, ética e cultura corporativa —, assim como mudanças climáticas, cibersegurança, governança e privacidade de dados, além dos riscos associados às divulgações e aos relatórios relacionados ao ESG. Controles internos e procedimentos de divulgação devem ser uma área-chave para foco da auditoria interna.

Certifique-se do papel da auditoria interna na conexão entre riscos ESG e gerenciamento de riscos corporativos (ERM) — que não é o de gerenciar estes riscos, mas de

assegurar que os fatores ESG fazem parte desse processo. Com a disputa acirrada por talentos, a auditoria interna tem as competências e habilidades das quais precisa? Os recursos e os conhecimentos necessários para executar as atividades das iniciativas relacionadas às mudanças climáticas e ao ESG estão disponíveis? Esteja ciente que a auditoria interna não está imune às pressões por talentos.

Considerando o cenário geopolítico, macroeconômico e de riscos em constante evolução, reavalie se o plano de auditoria interna é baseado em riscos e flexível o suficiente para ajustar-se às mudanças do ambiente de negócios. O comitê de auditoria deve atuar com o líder de auditoria interna (*chief audit executive*) e com *risk manager* (*chief risk officer*) para ajudar a identificar os riscos que representam a maior ameaça à reputação, à estratégia e às operações da empresa e assegurar que a auditoria interna esteja focada nesses riscos e nos controles internos relacionados.

- O que mudou no ambiente operacional?
- Quais são os riscos decorrentes da transformação digital da empresa e de terceiros (fornecedores, terceirizados, canais de venda e distribuição)?
- Os primeiros sinais de alerta relativos à segurança, qualidade e *compliance* são considerados?
- Qual o papel da auditoria interna na avaliação da cultura corporativa?

Estabeleça expectativas claras e ajude a assegurar que a auditoria interna tenha os recursos, as habilidades e a *expertise* adequados para ser bem-sucedida — e auxilie o líder de auditoria interna a refletir sobre o impacto das tecnologias digitais nos trabalhos da área.



Atuar no aprimoramento do foco da empresa em ética, *compliance*, e cultura corporativa.

Os prejuízos reputacionais de uma conduta não ética ou de uma falha no *compliance* são cada vez mais significativos, sobretudo devido ao aumento do risco de fraude, às pressões sobre a gestão para cumprir as metas financeiras e ao aumento da vulnerabilidade aos ataques cibernéticos. A construção de um programa de *compliance* efetivo é essencial para que organizações sejam bem-sucedidas em um ambiente de negócios complexo e em constante evolução. É fundamental a definição do “*tone at the top*” e a manutenção de uma cultura alinhada ao propósito corporativo em todos os níveis, incluindo o compromisso com valores, ética e conformidade legal e regulatória.

Isso é especialmente verdadeiro em um ambiente de negócios complexo. À medida que as empresas se mobilizam rapidamente para inovar e capitalizar oportunidades emergentes em novos mercados; alavancar novas tecnologias e o uso contínuo de dados; e se envolvem com mais e diferentes tipos de fornecedores, em uma cadeia de suprimentos cada vez mais complexa, programas de *compliance* robustos serão indispensáveis.

Monitore atentamente o comportamento e as atitudes da liderança (“*tone at the top*”) e a disseminação da cultura por toda a organização e esteja atento aos possíveis sinais de alerta.

- A empresa é sensível às contínuas pressões sobre os funcionários, presencialmente ou no *home office*, às questões de saúde e segurança da força de trabalho, à produtividade, ao engajamento e à motivação dos funcionários? A liderança e a comunicação são cruciais e valores como compreensão e empatia tornaram-se mais relevantes do que nunca.
- A cultura da empresa garante um ambiente seguro para que os profissionais tomem a decisão correta?
- O conselho de administração tem o hábito de visitar as instalações da empresa e conversar com os funcionários? Essa é uma forma de obter uma melhor noção da cultura corporativa em todos os níveis da organização.

Comitês de auditoria devem ajudar a assegurar que as políticas existentes e os programas de *compliance* estejam atualizados, estendam-se a todos os fornecedores da cadeia de suprimentos e comuniquem com clareza as expectativas da empresa em relação aos altos padrões de ética e conduta esperados e estabelecidos.

Mantenha o foco na efetividade dos canais de denúncias e nos processos de investigação interna e os resultados alcançados. A segunda edição da pesquisa “[Perfil do Hotline no Brasil](#)”³ mostra que 45% das empresas respondentes têm no comitê de ética e *compliance* o principal responsável pelo recebimento de relatos pelo canal de denúncia e 61% dizem que o processo de apuração de denúncias relacionadas a desvio de conduta e assédio também é função desse comitê.

O comitê de auditoria tem conhecimento de todas as denúncias, recebe relatórios sobre como esses casos são, ou foram, tratados e informações que permitem identificar tendências? Todas as denúncias são informadas ao COAUD ou há um processo de filtragem para que somente as mais graves sejam comunicadas? Se há um filtro, como e por quem foi definido?

Como resultado do aumento da transparência impulsionada pelas tecnologias e redes sociais, aspectos como cultura, valores, compromisso com a integridade e reputação organizacional estão sob constante e intenso escrutínio.



Manter-se informado sobre as transformações e os riscos associados ao cenário tributário global e local e considerar que as questões tributárias passam a ser elementos integrantes do ESG.

Disrupção e incerteza continuam sendo características intrínsecas ao atual cenário tributário corporativo global — especialmente para as companhias multinacionais. O novo ambiente global cada vez mais digitalizado transformou a maneira de fazer negócios e trouxe a necessidade da

³ Perfil do *Hotline* no Brasil, KPMG no Brasil, 2021. Disponível em: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2021/03/hotline-compliance.html>

revisão de sistemas e ambientes fiscais. Além disso, exigiu a introdução de novos modelos que permitam às jurisdições ter ferramentas eficazes para ajudar a promover melhores sistemas fiscais locais e alinhar os princípios tributários globais ao cenário de negócios.

Em resposta, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) propôs a implementação de dois pilares para um acordo de tributação mínima global com mais de 130 países — incluindo o Brasil e os países do G7: o plano *Base Erosion and Profit Shifting* (BEPS 2.0)⁴. O primeiro pilar propõe um imposto mínimo global⁵ de 15% sobre o lucro de empresas multinacionais com receitas acima de 750 milhões de euros; já o segundo, estabelece a cobrança de impostos nos países onde as empresas vendem seus produtos ou serviços, independentemente de sede ou presença física nesses locais.

Nos Estados Unidos e diversos outros países, decisões tributárias locais afetam empresas para além da sua presença local. Um conhecimento profundo dessas novas regras tributárias, estabelecidas ou em desenvolvimento, tem efeito significativo no negócio. O cenário atual exige uma maior atenção do comitê de auditoria e da gestão sobre o processo de acompanhamento dessas questões, bem como de seus possíveis impactos nos negócios, seja no aspecto de riscos, de *compliance* ou nas próprias demonstrações financeiras e notas explicativas.

As questões tributárias também vêm ganhando importância como elemento da agenda ESG, com *stakeholders* aumentando as pressões por divulgações mais transparentes e que considerem as contribuições tributárias como medidas de sustentabilidade. Muitos *stakeholders* interessados nas questões do ESG também veem a divulgação de informações de *tax*, como a abordagem da empresa em relação aos tributos, o valor pago e onde são pagos, como elementos importantes da prática tributária sustentável.

É importante que os comitês de auditoria se envolvam com a gestão em pelo menos três áreas:

- Compreender quais riscos a incerteza e a complexidade do panorama fiscal em transformação representam para a empresa. É provável que essas mudanças tenham impactos significativos nos negócios nos próximos anos.
- Ajudar a articular a tolerância da empresa a riscos reputacionais associados às escolhas fiscais, incluindo o desenvolvimento de uma estratégia fiscal global alinhada à agenda ESG da organização. Avalie até que ponto a estrutura de governança corporativa e os controles internos são suficientes para minimizar esses riscos e/ou melhorar o posicionamento da empresa com relação a *tax* e sustentabilidade para o mercado.

- Ajude a determinar a abordagem mais adequada para a transparência tributária, considerando que não há consenso sobre qual modelo de divulgação é o mais transparente. A gestão precisará considerar as expectativas dos *stakeholders*, os padrões internacionais que estão sendo desenvolvidos, o posicionamento de órgãos reguladores e as divulgações de seus pares e concorrentes.



Avaliar atentamente a composição e os conjuntos de habilidades do comitê de auditoria.

À medida que o papel e as responsabilidades do comitê de auditoria continuam expandindo e evoluindo para além das responsabilidades relacionadas às demonstrações financeiras e ao ambiente de controles internos, o comitê deve reavaliar se tem a composição e os conjuntos de habilidades adequados. Ao fazer essa autoavaliação, o comitê de auditoria deve considerar:

- O comitê possui membros com a experiência e os conjuntos de habilidades necessários para supervisionar áreas de riscos emergentes ou que ganharam relevância nos últimos anos — como cibersegurança e proteção de dados, cadeia de suprimentos e canais de vendas, riscos geopolíticos e riscos e divulgações sobre mudanças climáticas e ESG?
- Quantos membros do comitê de auditoria possuem experiência com contabilidade, preparação e divulgação das demonstrações financeiras, e controles internos? O comitê depende somente de um membro para exercer essas atividades de forma mais detalhada? É essencial manter um diálogo e uma discussão mais profunda entre dois ou mais membros com *expertise* nesses assuntos.
- À medida que a carga de trabalho do COAUD se expande para incluir a supervisão de divulgações de informações não financeiras — incluindo questões climáticas e socioambientais —, além de procedimentos e controles internos que dão suporte a essas divulgações, o comitê tem a *expertise* necessária para endereçar esses temas de maneira eficaz, ao mesmo tempo em que exerce suas outras responsabilidades? Seria necessário contratar especialistas para melhor distribuir a carga de trabalho?

Com investidores e órgãos reguladores dando mais enfoque à composição e aos conjuntos de habilidades do comitê de auditoria — assim como uma possível sobrecarga da agenda do comitê — essa é uma questão importante para manter entre as prioridades para 2023.

⁴ BEPS 2.0: *Issues and Implications for Latin America*, KPMG, 2021. Disponível em: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2022/03/aceleracao-digital-pede-revisao-mudancas-impostos.html>

⁵ *Global minimum top-up tax under BEPS 2.0*, KPMG, 2022. Disponível em: <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2022/08/global-tax-beps.html>

O ACI Institute e o Board Leadership Center

Criado em 1999 pela KPMG International, nos Estados Unidos, o ACI Institute tem o propósito de disseminar a importância das boas práticas de governança e de estimular a discussão sobre esse tema tão relevante para o desenvolvimento da economia e dos negócios.

Presente em mais de 30 países, o ACI chegou ao Brasil em 2004 e, em quase 20 anos de existência, tornou-se um importante fórum de discussão para membros de conselhos de administração, conselhos fiscais e comitês de auditoria. O Board Leadership Center da KPMG (BLC) atua na promoção de boas práticas de governança corporativa para gerar valor de longo prazo e aumentar a confiança dos *stakeholders*.

O ACI Institute Brasil já promoveu mais de 80 Mesas de Debates e os membros do ACI recebem, quinzenalmente e em primeira mão, uma *newsletter* com informações relacionadas a governança corporativa, gerenciamento de riscos, *compliance*, auditoria, ESG e outros assuntos relevantes. Ao incentivar a troca de experiências entre seus membros e propiciar um espaço para interlocução de alta qualidade, o ACI Institute, o Board Leadership Center e a KPMG contribuem para discussões sobre os desafios oportunos e relevantes da alta administração, oferecendo análises de grandes questões que remodelam nosso ambiente atual para a governança corporativa, contribuindo para fortalecer as boas práticas no Brasil e no mundo.

Fale com o nosso time



Sidney Ito

CEO do ACI Institute e do Board Leadership Center da KPMG no Brasil;
Sócio de Consultoria em Riscos e Governança Corporativa da KPMG no Brasil



Fernanda Allegretti

Sócia-diretora do ACI Institute, do Board Leadership Center e de Markets da KPMG no Brasil



ACI Institute Brasil
Ouvir, Aprender, Compartilhar, Liderar

KPMG Board Leadership Center

Exploring issues. Delivering insights. Advancing governance.



kpmg.com.br



© 2023 KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. Todos os direitos reservados. MAT221206

O nome KPMG e o seu logotipo são marcas utilizadas sob licença pelas firmas-membro independentes da organização global KPMG.

Todas as informações apresentadas neste documento são de natureza genérica e não têm por finalidade abordar as circunstâncias de um indivíduo ou entidade específicos. Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, não há nenhuma garantia sobre a exatidão das informações na data em que forem recebidas ou em tempo futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender ação alguma sem orientação profissional qualificada e adequada, precedida de um exame minucioso da situação concreta.